

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Setembro/2018



## Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Psicólogo (Área 2 – Clínico/Perito)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C26', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA  
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**Juventude de hoje, de ontem e de amanhã**

*A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.*

*No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.*

*O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.*

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
  - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
  - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
  - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
  - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
  - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

---

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
  - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
  - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
  - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
  - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
  - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1<sup>o</sup> parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
  - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1<sup>o</sup> parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
  - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2<sup>o</sup> parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
  - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2<sup>o</sup> parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
  - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3<sup>o</sup> parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

---

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
  - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
  - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
  - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
  - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
  - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
  - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
  - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
  - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
- 
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
  - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
  - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
  - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
  - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
- 

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

### Uma palavra sobre cultura e Constituição

*Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.*

*A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.*

*O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.*

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1<sup>o</sup> parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
  - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
  - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
  - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
  - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
  - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
  - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
  - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
  - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
- 
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
  - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
  - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
  - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
  - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
  - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
  - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
- 
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
  - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
  - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
  - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
  - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
  - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
  - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
  - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.

16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispondo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.

Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é

- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
- (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
- (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 
17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
- (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
- (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
- (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
- (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

#### Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
- (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
- (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
- (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
- (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.





23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
  - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
  - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
  - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
  - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
  - (B) II e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) I e IV.
  - (E) I, III e IV.
25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:
- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
  - (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
  - (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
  - (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
  - (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
  - (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
  - (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
  - (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
  - (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

#### Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
  - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
  - (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
  - (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
  - (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.
28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias
- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
  - (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
  - (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
  - (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
  - (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



## Língua Estrangeira: Inglês

**Instrução:** Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

**Atenção:** Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

### S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

**BILL** Hide Overview ✕

**Sponsor:** [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

**Committees:** Senate - Judiciary

**Latest Action:** Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

**Tracker:**

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

### Keep Families Together Act

*This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:*

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

*An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.*

*The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.*

*The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.*

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

**Instrução:** Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

**Atenção:** Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



*La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.*

*Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.*

*El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.*

*El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".*

*Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.*

*Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.*

*Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.*

*En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.*

*El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.*

(Disponível em: [https://www.camara.cl/prensa/noticias\\_detalle.aspx?prmId=134799](https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799))

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O Teste de Apercepção Temática (TAT) é muito útil para medir estados motivacionais, sobretudo, quando relacionados à
- (A) realização, afiliação e depressão.
  - (B) realização, poder e distúrbio de atenção.
  - (C) realização, poder e afiliação.
  - (D) determinação, intencionalidade e pessimismo.
  - (E) determinação, afiliação e desesperança.
- 
32. Fernando, após a morte de seu irmão, passou a apresentar um nível de absenteísmo alto em seu trabalho, decorrente do processo de luto pelo qual estava passando. Não há um prazo pré-definido para que o luto se resolva, mas é possível afirmar que quanto mais emocionalmente significativa a perda, mais tempo a pessoa precisará para restabelecer a normalidade em sua existência. Ao final do processo de enlutamento, segundo Gazzaniga e Heatherton, a personalidade
- (A) mudará, uma vez que as narrativas de vida ganham novo propósito, unidade e significado, restabelecendo o mundo presumido.
  - (B) não mudará, uma vez que é estável e consolidada o suficiente para suportar o processo de luto.
  - (C) mudará, porque é da natureza humana mudar e a crise é natural do ser humano, não sendo o luto responsável por isto.
  - (D) não mudará, porque o caráter humano é núcleo duro, resistindo às circunstâncias da vida.
  - (E) mudará, pois o luto traumatiza, fazendo a pessoa buscar meios de fugir à dor.
- 
33. Segundo José Bleger, as dissociações e contradições encontradas na entrevista psicológica correspondem às
- (A) dissociações e contradições encontradas na personalidade, devendo sempre ser trabalhadas com a pessoa.
  - (B) contradições da personalidade, devendo-se acolhe-las, pois, as dissociações fazem parte de uma dinâmica esquizoide da atividade mental.
  - (C) dissociações e contradições encontrada no *self*, sendo, por isto, impossíveis de serem trabalhadas, pois não se tem acesso a elas.
  - (D) dissociações apenas, pois são a razão de ser da entrevista psicológica, as contradições ficam à margem do processo de análise.
  - (E) dissociações e contradições encontradas na própria personalidade do sujeito, podendo ou não serem trabalhadas, dependendo da angústia suscitada.
- 
34. Sujeitos submetidos à técnica de Rorschach, que tentam se passar por doentes tendem a apresentar maior dramaticidade e
- (A) respostas com conteúdo *blood* (sangue).
  - (B) resposta de conteúdo MOR (mórbido).
  - (C) respostas de conteúdo CONFAB (confabulação).
  - (D) menos respostas com determinantes de textura e profundidade.
  - (E) resposta com determinantes de movimento humano.
- 
35. Durante o processo de luto na vida de uma pessoa, a dinâmica psíquica, segundo a abordagem psicodinâmica
- (A) afeta diretamente o trabalho, somente em situações de luto patológico, uma vez que o luto é um processo natural, e não afeta a pessoa em seu cotidiano.
  - (B) afeta o cotidiano do trabalho, na medida em que causa surtos psicóticos ao forçar a pessoa introspecção.
  - (C) afeta o trabalho apenas naqueles indivíduos que têm uma predisposição à doença mental, que se fragiliza diante de qualquer circunstância da vida.
  - (D) pode afetar o trabalho, pois a pessoa passa por um momento de fragilidade psíquica, causando instabilidade emocional, que pode afetar diretamente seu comportamento.
  - (E) pode afetar somente aqueles indivíduos que têm transtorno de ansiedade generalizada, pois reagem negativamente ao processo de enlutamento.
- 
36. Dentro do contexto da Clínica do Trabalho, "manter-se doente" para o trabalhador que está afastado do trabalho significa um meio de
- (A) garantir a manutenção de seu tratamento, pois é preciso garantir o pleno restabelecimento de sua saúde.
  - (B) estender seu retorno por não se sentir seguro sobre suas capacidades.
  - (C) manter uma situação ociosa confortável, aproveitando para cuidar de si.
  - (D) perpetuar os benefícios previdenciários, garantindo para si umas férias trabalhistas.
  - (E) se alinhar as políticas sindicais de valorização do trabalho frente às condições insalubres.



37. É recomendável ao psicoterapeuta, diante de uma solicitação pericial sobre um caso seu em atendimento que evite fazer avaliações psicológicas, mantendo sua imparcialidade diante da condição psíquica do paciente
- (A) exceto em caso de o paciente solicitar seu apoio.
  - (B) buscando supervisão a fim de assumir duas posições.
  - (C) mas buscar meios de emitir seu parecer sobre o caso.
  - (D) e ir de encontro às diretrizes dos sistemas de conselho de Psicologia.
  - (E) sob pena de se desviar de sua função, prejudicando o atendimento.
- 
38. O prontuário é um registro histórico que tem como função:
- (A) Compreender o desenvolvimento do processo de saúde/doença, considerando as intervenções realizadas, possibilitando avaliações futuras sobre o desfecho do caso.
  - (B) Registrar toda e qualquer informação obtida, para garantir a compreensão global do caso, permitindo que os colegas possam se beneficiar dos registros psicológicos.
  - (C) Fazer o registro das sessões, detalhando as sessões para que se possa compreender o essencial delas, pois não há informações privilegiadas em psicoterapia.
  - (D) Inserir informações que sirvam para avaliar o desempenho profissional do psicoterapeuta, pois o registro documental é essencial para o Recursos Humanos da instituição.
  - (E) Diagnóstico, pautando-se exclusivamente nas informações de exames clínicos e anotações médicas, uma vez que este é um documentos hospitalar, ao qual o psicoterapeuta tem acesso.
- 
39. O inventário de Sintomas de *Stress* para adultos de Lipp (ISSL) tem por objetivo identificar a sintomatologia apresentada pelo paciente observando
- (A) os sintomas de *stress*, o tipo de sintoma existente (somático ou psicológico), e a fase de stress em que se encontra.
  - (B) os sintomas de *stress*, o tipo de sintoma existente (somático ou psicológico), mas não a fase em que se encontra, porque isto reduziria a pessoa a um diagnóstico.
  - (C) os sintomas de *stress* psicológicos apenas, observando a extensão do *stress* na vida da pessoa, com ajuda do folheto informativo contido no material do teste.
  - (D) apenas as fases do *stress* em que se encontra, pois os sintomas variam de pessoa para pessoa e observá-los poderia confundir o diagnóstico.
  - (E) apenas os sintomas somáticos existentes, pois *stress* é uma afecção médica, cabendo aos profissionais de psicologia apenas cuidar do conforto do paciente.
- 
40. Geraldo apresentava diversos sintomas de *stress*, particularmente, quando relacionados ao trabalho. Durante o processo de avaliação psicológica a que foi submetido, administraram o Inventário de Sintomas de Stress para adultos de Lipp (ISSL), que identificou diversos sintomas de stress, sem, contudo, atingir o nível crítico. Este resultado deve ser interpretado como:
- (A) Exaustão total ou *burn-out*, pois nesta fase os sintomas já estão intensos como se os sintomas tivessem desaparecidos, mascarando o diagnóstico.
  - (B) Sintomas de *stress* são predominantemente psicológicos, por isso não atingem o nível crítico, mascarando o diagnóstico.
  - (C) *Stress* invisível, uma das variantes do transtorno de *stress* cada vez mais comum nos dias de hoje, devido à falsa sensação de adaptação ao meio.
  - (D) Uma referência para o estabelecimento do diagnóstico, mas o mais importante é analisar a sintomatologia holisticamente.
  - (E) Sintomas característicos de *stress* que podem estar ligados a outra afecção ou circunstância da vida.
- 
41. As clínicas onde são realizadas avaliações psicológicas devem seguir orientações que dizem respeito a eventuais distratores, manutenção da limpeza, cuidado com a ventilação e provimento de iluminação branca e natural. Tais orientações se justificam pois o ambiente de realização da avaliação deve
- (A) fornecer motivação para participar do que lhe é proposto, de modo cooperativo.
  - (B) criar um padrão de atendimento e qualidade que remeta à prática profissional do psicólogo.
  - (C) garantir que não haja alterações de percepção (da forma e cor nos testes, desconfortos por oscilação) estresse desnecessário e perturbação da atenção.
  - (D) remeter a um esforço laboratorial, uma vez que a prática da psicologia se utiliza de testes psicológicos para ser compreendido como ciência.
  - (E) criar um espaço intimista que favoreça o processo de introspecção.



42. Joana, ultimamente, não tem conseguido fechar suas metas de trabalho e seu gerente passou a criticá-la, fazendo comentários públicos sobre o baixo desempenho dela. A última ocorrência foi durante a reunião da equipe quando, inclusive, recebeu do gerente uma tataruga de pano. Essa situação trata-se de
- (A) exigência em excesso, punindo a funcionária.
  - (B) assédio moral, com humilhação pública.
  - (C) bom humor do gerente, na forma de dar presente.
  - (D) perfil agressivo do gerente, com intenção de melhorar o desempenho.
  - (E) assédio sexual, dando a entender que mulheres são lentas por natureza.
- 
43. Ocorrem mudanças da personalidade na vida adulta, dentre as diversas mudanças que ocorrem na meia-idade há
- (A) diminuição da busca tenaz de metas, e a diminuição da adaptação flexível às metas.
  - (B) aumento da busca tenaz de metas, e a diminuição da adaptação flexível às metas.
  - (C) aumento da busca tenaz de metas, e o aumento da adaptação flexível às metas.
  - (D) diminuição da busca tenaz de metas, e o aumento da adaptação flexível às metas.
  - (E) diminuição da busca e da adaptação flexível às metas, e o aumento da extroversão.
- 
44. Os novos modelos de gestão do trabalho contemporâneo não focam mais nos movimentos dos corpos, mas nos da subjetividade que precisam ser conformados. O modelo que visa controlar os raciocínios, os juízos e expressões emotivas chama-se
- (A) Fordismo mental.
  - (B) Anacronismo mental.
  - (C) Taylorismo mental.
  - (D) Behaviorismo mental.
  - (E) Higiene mental.
- 
45. A dor é uma enfermidade contemporânea tanto pela forma como atinge os seres humanos, como pelo impacto na vida cotidiana de um indivíduo. Uma das maneiras mais eficientes, na perspectiva daquele que sente dor, é medi-la usando a Escala Visual-analógica de Dor (EVAD). Pode-se obter um valor numérico para a escala, aplicando-se uma régua de 10 cm sobre a reta impressa no papel, aferindo-se o resultado a partir do local onde foi marcado o nível visual-analógico de dor. Sendo assim, uma dor de nível 9 pode ser considerada:
- (A) Angustiante.
  - (B) Mediana.
  - (C) Irritante.
  - (D) Leve.
  - (E) Incapacitante.
- 
46. Segundo Ryad Simon, em sua teoria da adaptação, o homicídio ou suicídio são consideradas:
- (A) Crimes contra a vida, devendo-se restringir as ações ao campo jurídico e à Psicologia Forense.
  - (B) Fugas desesperadas devido à ausência de qualquer solução possível.
  - (C) Modos de expressão da subjetividade diante do imponderável da vida.
  - (D) Conflitos da realidade neurótica, negando a solução possível.
  - (E) Modos de expressão da criatividade, ainda que inadequada.
- 
47. Na condução de análise de casos individuais, o raciocínio clínico deve abranger a
- (A) segmentação do campo em que se insere a relação terapêutica, com fins de facilitar a análise.
  - (B) renovação do sentimento de si mesmo, para melhorar a autoestima da pessoa.
  - (C) integração dos dados pela complexidade do universo que se insere a pessoa.
  - (D) reversão figura-fundo dos significados do discurso individual, com fins a observar o negativo discursivo.
  - (E) simplificação da análise do discurso para garantir interpretações mais acessíveis.



48. Diante de um avaliando estrangeiro, que não fala a Língua Portuguesa, a conduta a ser tomada no que se refere à administração de testes psicológicos deve ser:
- (A) Utilizar a entrevista psicológica, proposta por José Bleger.
  - (B) Compreender os limites da própria atuação e recusar o trabalho.
  - (C) Usar os testes que se tem no consultório, traduzindo-os antes do uso.
  - (D) Importar o teste do país de origem da pessoa.
  - (E) Substituí-los por técnicas, como as de entrevista e do desenho-história.
- 
49. Com o avanço da tecnologia e as novas possibilidades que se apresentam à Psicologia e às modalidades psicoterápicas, o CFP criou um selo que certifica os profissionais a realizarem intervenções *on line*, as quais contemplam:
- (A) Psicoterapia, sem limite de sessões.
  - (B) Quarenta sessões de aconselhamento psicológico.
  - (C) Qualquer modalidade de atendimento, desde que realizadas por vídeo.
  - (D) Sessões de psicoterapia extensa, para se garantir a eficácia do serviço.
  - (E) Sessões telefônicas prévias para se construir o vínculo terapêutico.
- 
50. A resolução CFP nº 1/2009 prevê que o registro documental dos serviços prestados deve contemplar:
- (A) identificação, demanda, encaminhamentos, arquivando-se em local reservado apenas.
  - (B) observar a identificação e a demanda, garantindo-se o sigilo e a confidencialidade.
  - (C) identificar o sujeito, analisando a evolução clínica do caso, arquivando-se em local reservado.
  - (D) identificar o sujeito e sua demanda por atendimento e, sobretudo, incluir os encaminhamentos, abstendo-se da confidencialidade em certos casos.
  - (E) identificação, demanda, evolução clínica, encaminhamento e acesso exclusivo ao psicólogo.
- 
51. Num processo psicoterápico, conteúdos, afetos e ideias trabalhados numa sessão podem persistir na sessão seguinte. Em psicanálise, entende-se que isso se dá
- (A) por ser um processo possível do conteúdo trazido pelo paciente.
  - (B) devido apenas à resistência, como mecanismo de defesa.
  - (C) por inabilidade do psicoterapeuta em possibilitar um espaço livre de julgamentos.
  - (D) pela incapacidade de enquadrar a sessão, deixando que invada a seguinte.
  - (E) por um complexo de mecanismos de defesa, cuja função é impedir o trabalho analítico.
- 
52. Sobre a responsabilidade acerca do serviço prestado por estagiário, é correto afirmar:
- (A) O supervisor deve solicitar todas as atividades e acontecimentos do caso ao estagiário, responsabilizando-se pelos atendimentos e pelo estagiário.
  - (B) O supervisor deve solicitar todas as informações e acontecimentos do caso, pois ele é responsável pelo caso, embora não responda pelo estagiário.
  - (C) O estagiário é o responsável pelo atendimento, ficando o supervisor com a função de orientar o andamento do serviço.
  - (D) O supervisor solicita as informações e acontecimentos na medida em que há problemas na prestação do serviço, pois o estágio é um espaço de aprendizagem prática, e não um observatório.
  - (E) A responsabilidade é compartilhada entre supervisor e estagiário, em que cada um tem seus direitos e deveres frente ao serviço prestado.
- 
53. O laudo psicológico é
- (A) uma peça escrita sigilosa e confidencial, sendo um documento que serve para organizar o trabalho do psicólogo, unicamente.
  - (B) um parecer técnico com muitas limitações, por acabar reduzindo o sujeito a um diagnóstico.
  - (C) um parecer técnico que subsidia profissionais e tomadas de decisão acerca do avaliando.
  - (D) uma peça escrita que comunica a classificação nosológica, atendo-se a isto sob pena de expor o sujeito.
  - (E) um documento que submete a Psicologia à área da saúde, privando-a de liberdade profissional.
- 
54. A normalidade em Saúde Mental é algo muito complexo, podendo ser interpretada de diversas maneiras, sendo assim, a postura profissional frente a este conceito deve
- (A) transitar em graus distintos de liberdade.
  - (B) ser permanentemente crítica e reflexiva.
  - (C) partir de um entendimento de que normalidade vem de uma situação de bem-estar.
  - (D) romper com os padrões, denunciados por Foucault.
  - (E) ter o objetivo de restabelecer a normalidade através de cura.



55. Observando-se dois indivíduos com quocientes de inteligência 92 e 127, pode-se dizer, com relação à adaptação ao trabalho que o indivíduo com
- (A) escore 127, ainda que com dificuldades de se manter no emprego, será sempre bem sucedido.
  - (B) escore 92, ainda que com limitações, tem capacidade de conseguir superar suas dificuldades.
  - (C) escore 127 tem indicativo de ótimo senso de percepção, aumentando as chances de êxito profissional.
  - (D) escore 92 não oferece condições de adaptação profissional, dada sua condição limitrofe.
  - (E) escore 127 representa índices de inteligência capaz de autorregulamentação, rápida reorganização, mesmo frente a problemas na rotina de trabalho.
- 
56. O trabalho pode apresentar um custo psíquico, principalmente, quando as exigências objetivas da tarefa se elevam. Tal situação ocorre, em especial, quando
- (A) o afeto está relacionado às questões que podem levar ao assédio moral, prejudicando a produtividade do trabalhador, mas não se relacionam com a ergonomia laboral.
  - (B) tem de realizar uma tarefa em móveis não adaptados às funções, prejudicando a psicofísica da pessoa, levando-a desenvolver LER/DORT.
  - (C) se refere ao volume excessivo de solicitações ao trabalhador que sobrecarrega o seu dia, forçando-o a fazer horas-extra para dar conta da demanda de trabalho.
  - (D) a organização laboral cria situações absurdas, como a de exigir que o funcionário vista uniformes, sem a necessidade de usá-los para enquadrá-lo na empresa, sob o argumento de que se deve vestir a camisa da empresa.
  - (E) ao se encontrar cenários organizacionais fragmentados, que levam o cliente a exigir soluções imediatas, quando não há governabilidade sobre isto.
- 
57. Sobre a expressão dos mecanismos de defesa e a organização do trabalho, a clínica do trabalho explica que a cultura organizacional é
- (A) estruturada, aumentando as angústias presentes e as dificuldades de se manter no trabalho.
  - (B) estruturada com vistas a negar as angústias presentes e a adaptar o trabalhador a desenvolver sua tarefa eficazmente.
  - (C) inconscientemente estruturada com vistas a negar as angústias presentes e a tornar o trabalho aparentemente suportável.
  - (D) estruturada com vistas a negar as angústias, mas ainda assim capaz de elevar o nível de ansiedade.
  - (E) desestruturada por natureza, gerando angústias para o colaborador.
- 
58. A entrevista clínica estruturada, para o DSM, é uma técnica
- (A) semi-estruturada, cujo objetivo é estabelecer o campo de expressão subjetiva da pessoa.
  - (B) semi-estruturada, utilizada para uma avaliação sistemática dos principais transtornos mentais.
  - (C) estruturada, seguindo um roteiro pré-determinado, segundo este manual diagnóstico.
  - (D) estruturada, que estabelece o enquadramento da entrevista, permitindo ao clínico uma melhor avaliação.
  - (E) semi-estruturada, que permite o estabelecimento do campo e um melhor uso do algoritmo diagnóstico.
- 
59. Segundo Bleger, o fator humano
- (A) é um elemento-chave, mas algo menor diante da necessidade produtiva das organizações.
  - (B) deve ser atendido num contexto a parte ao da empresa, por sua complexidade.
  - (C) é sempre algo problemático, o que justifica as políticas de terceirização.
  - (D) deve ser atendido na empresa, integrado ao seu contexto.
  - (E) é fonte de resistência dentro das empresas, por serem sempre tema de questões trabalhistas.
- 
60. Sobre a psicoterapia psicanalítica proposta por Ryad Simon, pode se dizer que deve investigar os processos psíquicos e trabalhar psicoterapeuticamente para
- (A) favorecer experiências que sejam mutativas.
  - (B) aliviar o sofrimento daqueles que sofrem psicopatologias graves.
  - (C) fazer uma avaliação psicológica ecológica.
  - (D) promover a libertação do sujeito por meio da fala.
  - (E) diminuir o sofrimento fora da relação psicoterapêutica.